

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Associados,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CEGERO para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Destacamos a seguir os principais equipamentos, materiais e serviços executados no sistema elétrico de distribuição:

01. Para suprir o crescimento da demanda foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição, repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isso os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia, etc. Investimento em transformadores novos no valor de R\$ 119.054,83.
02. Foram comprados nesse exercício cabos de aço, cobre e alumínio de várias bitolas, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 293.534,73.
03. Dando continuidade às melhorias das redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram utilizados 262 novos postes de várias bitolas (R\$ 310.896,00), bem como 446 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica galvanizada (R\$ 63.092,00), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 17.913,10), totalizando um investimento de R\$ 391.901,10.

04. Investimento em isoladores destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.253 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 70.596,80.
05. Foram utilizados 145 novos para-raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para-raios danificados, no valor total de R\$ 16.585,70.
06. Foram instaladas 95 novas chaves tipo fusível polimérica (R\$ 21.066,50), 10 chaves tipo fusível by pass (R\$ 9.526,91), 3 chaves tipo seccionadora polimérica (R\$ 1.658,70) e 57 chaves tipo seccionadora de porcelana (R\$ 22.065,45), totalizando investimento de R\$ 54.317,56.
07. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 840 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50mm² (R\$ 25.651,80), e 230 hastes de terra (R\$ 8.867,10) no valor total de R\$ 34.518,10.
08. Aquisição de dois geradores de energia Coyote GCT 16000 XE3 trifásico a diesel, no valor total de R\$ 33.600,00.
09. Para execução de projetos de construção, ampliação, melhoria e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica da Cegero, foram realizados 189 projetos, no valor total de R\$ 1.175.687,54.
10. Aquisição de 319 medidores de energia, de diversos modelos e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial), no valor total de R\$ 67.535,86.
11. Automatização de todos os consumidores faturados em alta tensão, totalizando 90 medições, que passaram a ser monitoradas e analisadas em tempo real pelos nossos sistemas, representando economia e eficiência em processos de leitura e análise de dados.
12. Aquisição de 3 novos religadores trifásicos, com controle automático, investimento de R\$ 117.613,20.
13. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 42.738,42.
14. Utilização de equipes terceirizadas, principalmente de linha viva, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, evitando ao máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e ampliação, assim

como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 266.460,00.

15. Renovação da frota de veículos com a aquisição de um Automóvel Fiat/Argo, uma Caminhonete Fiat/Strada e um cesto aéreo acoplado na Caminhonete Toyota/Hilux 25, no valor total de R\$ 185.024,00.
16. Foram gerados 7801 (sete mil, oitocentos e um) processos de obras e/ou solicitações de atendimentos aos Associados, envolvendo redes de distribuição, poda de árvores próximas da rede, manutenção de iluminação pública, vistorias para ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, falta de energia, análise de tensão, etc.

Destacamos a seguir as entidades beneficiadas com R\$ 792.026,36 de recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES:

01. Auxílio à Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Ludgero no valor de R\$ 60.000,00, contribuindo assim com 4.578 procedimentos realizados pela Rede em 2019. Além disso, foram mais R\$ 268.000,00 para a construção do segundo pavimento da sede da entidade. Ainda citamos o convênio para cobrança da contribuição voluntária do associado que arrecadou R\$ 42.076,00 no ano de 2019.
02. Auxílio à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Ludgero - APAE no valor de R\$ 48.000,00 para ajudar na manutenção das atividades e no atendimento a 83 alunos. A contribuição voluntária para a APAE arrecadou R\$ 12.261,00.
03. Foram investidos R\$ 120.000,00 para a manutenção do plantão médico 24 horas da Unidade Sanitária Central Noemy Sombrio Pereira. Além disso, foram mais R\$ 83.350,00 com a aquisição de um sistema de digitalização e impressão para o aparelho de raio X do pronto atendimento, contribuindo assim com a melhoria e reativação do mesmo.
04. Foram investidos R\$ 60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo assim com aproximadamente 4.700 atendimentos realizados pelo hospital a moradores da cidade de São Ludgero no ano de 2019. Além disso, foram mais R\$ 98.000,00 investidos na manutenção e substituição de toda a instalação elétrica do hospital, de forma a contribuir com a segurança e economia de energia.
05. Foram destinados R\$ 25.000,00 para a Pastoral Social para a manutenção das atividades e ajuda de acamados e pessoas carentes.

06. Foram investidos no esporte de São Ludgero R\$ 17.160,00 para a aquisição de camisetas de treino das crianças e adolescentes matriculados nas diferentes escolinhas promovidas pela CME, bem como apoio a 16ª Taça Cegero.
07. Foram investidos R\$ 12.516,36 com ações voltadas ao desenvolvimento da educação cooperativista, com palestras e treinamentos para associados e funcionários, promoção do dia das crianças e confecção da mascote da Cegero.

Destacamos ainda outros serviços que são prestados à comunidade e que contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos associados:

01. Mão de obra gratuita na manutenção da iluminação dos campos de futebol.
02. Mão de obra gratuita na manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais.
03. Mão de obra gratuita na contratação e manutenção de redes particulares.
04. Empréstimo gratuito do gerador às comunidades, associações e eventos realizados no município.
05. Instalação gratuita de toda iluminação de natal nas praças e avenidas do município.
06. Reserva gratuita dos auditórios da CEGERO, tanto do Centro quanto da sede administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por sócios, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 264 reservas no ano.

Destacamos a seguir os principais processos e mudanças internas:

01. Conclusão do mapeamento dos principais processos da Cegero, com o propósito de adequar a Cooperativa para NBR ISO 9001 e 10002, e certificá-la no primeiro semestre de 2020.
02. Reestruturação e modernização da estrutura de cargos e salários da Cegero.
03. Treinamento e desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas diariamente.
04. Regularização do contrato de fornecimento de energia com 90 empresas faturadas em alta tensão.
05. Regularização dos contratos de iluminação pública com as 5 prefeituras atendidas pela Cegero.
06. Manutenção da tarifa da Cegero entre as mais baratas do Brasil, de forma a contribuir diretamente para o desenvolvimento socioeconômico da região. Após o reajuste do dia 30 de setembro de 2019, a Cegero passou a ter a energia mais

barata de Santa Catarina e a segunda menor do Brasil, entre 104 distribuidoras. Estudos apontam que a tarifa média nacional passou a ser aproximadamente 50% superior a tarifa praticada pela Cegero, impactando positivamente no desenvolvimento socioeconômico da região.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CEGERO.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CEGERO.

São Ludgero, 16 de março de 2020.

A Administração.

ANEXO I - DADOS GERAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. LIGAÇÕES DE CONSUMIDORES: A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Pedras Grandes e Tubarão. Foram Realizadas, no ano de 2019, 175 novas ligações, totalizando 6.173 consumidores associados atendidos, número 3,93% superior ao ano de 2018.

CLASSE	2015	2016	2017	2018	2019
RESIDENCIAL	3.865	4.199	4.283	4.453	4.628
INDUSTRIAL	155	159	153	152	140
COMERCIAL	435	438	467	500	510
RURAL	1.095	869	893	804	801
PODERES PÚBLICOS	50	47	45	46	45
SERVIÇOS PÚBLICOS	26	28	32	35	38
ILUMINAÇÃO PÚB.	-	-	-	02	05
CONSUMO PRÓPRIO	04	05	06	06	06
TOTAL	5.630	5.745	5.879	5.998	6.173

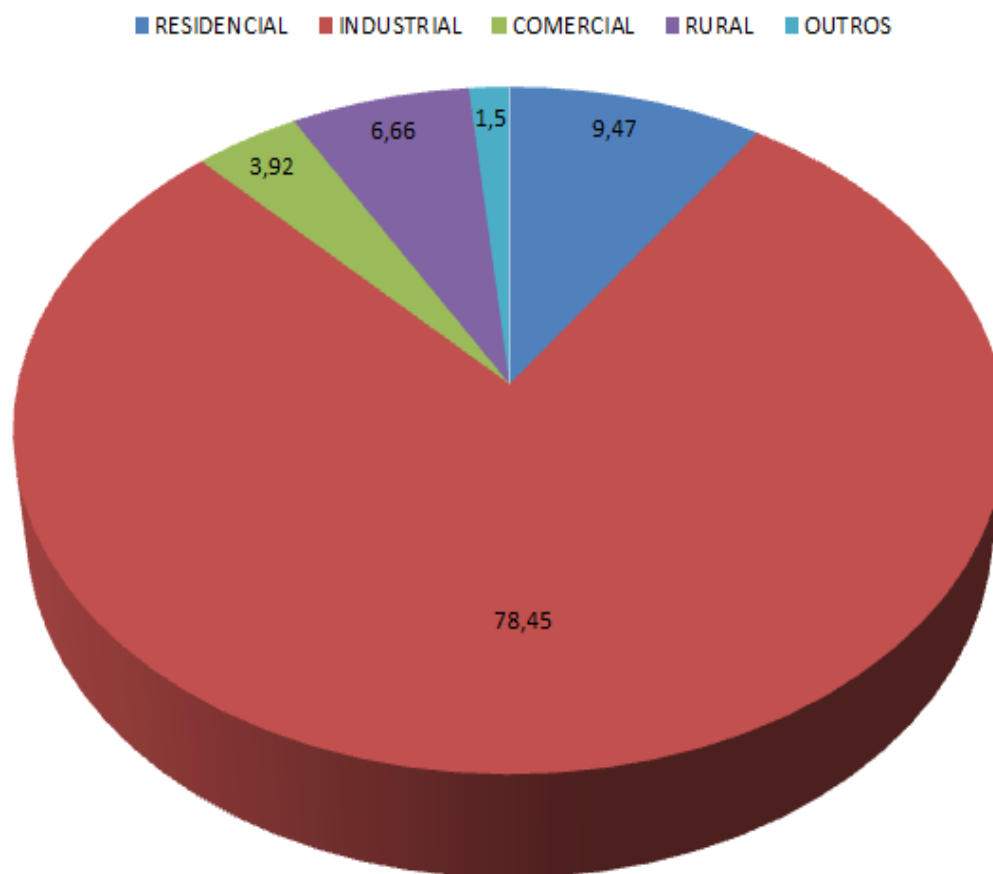
2. COMPORTAMENTO DO MERCADO: No período de janeiro a dezembro de 2019, a Cegero adquiriu um total de 170.977.543 kWh e distribuiu 162.812.867 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 4,77%, ou seja, 8.164.676 kWh. Por sua vez, a energia elétrica distribuída aos associados registrou um crescimento de 8,14% em relação ao ano de 2018.

ENERGIA em MWh	2015	2016	2017	2018	2019
Adquirida MWh	132.721,6	138.749,4	147.935,5	159.636,8	170.977,5
Distribuída MWh	125.645,9	133.803,1	139.852,2	150.552,5	162.812,8
Perdas MWh	7.075,7	4.946,3	8.083,3	9.084,3	8.164,6
Perdas %	5,33	3,56	5,46	5,69	4,77

3. CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE DE CONSUMO: A seguir são apresentados os percentuais de consumo de energia elétrica, divididos por classe de consumo, números que mantêm dados históricos estáveis nos últimos anos.

CLASSE	2015	2016	2017	2018	2019
RESIDENCIAL	9,33	9,60	9,78	9,25	9,47
INDUSTRIAL	78,47	78,70	78,62	79,73	78,45
COMERCIAL	4,30	4,04	3,87	3,71	3,92
RURAL	6,21	6,05	6,06	6,52	6,66
POD. PÚBLICOS	0,48	0,45	0,44	0,44	0,41
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,22	0,27	0,28	0,28	0,24
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,94	0,84	0,88	0,00	0,78
CONSUMO PRÓPRIO	0,05	0,05	0,07	0,07	0,07
TOTAL (%)	100	100	100	100	100

REPRESENTAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONSUMO POR CLASSE



4. VARIÇÃO NA DEMANDA MÉDIA ANUAL ADQUIRIDA: Com relação à variação da demanda adquirida na subestação Cegero, tivemos como máxima o valor de 31,8 MW, registrado no dia 22/11/2019, às 15:45 horas, que representa um crescimento de 5% em relação a maior demanda medida em 2018. Horário de ponta: 18:30 às 21:30 horas.

ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (MW)		Crescimento %	
	FORA PONTA	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2016	24,5	22,1	-	-
2017	25,7	23,1	5,07	4,45
2018	27,5	24,6	6,84	6,05
2019	28,9	25,2	5,09	2,44

5. EXTENSÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA:

ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)			EXTENSÃO DE REDES (BT)			
	1Ø (km)	3Ø (km)	total (km)	1Ø (km)	2Ø (km)	3Ø (km)	total (km)
2017	26,84	259,81	286,65	88,81	9,41	202,20	300,42
2018	26,51	261,95	288,46	67,07	8,23	192,83	268,13
2019	26,14	266,54	292,68	63,87	7,88	181,17	252,92

6. TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO INSTALADOS NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	2015	2016	2017	2018	2019
COOPERATIVA	568	471	589	594	596
PARTICULARES	58	139	41	50	63
TOTAL	626	610	630	644	659

7. POTÊNCIA INSTALADA EM MVA NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	POTÊNCIA (MVA)		
	CEGERO	PARTICULAR	TOTAL
2015	34,3	32,9	67,2
2016	20,4	49,8	70,2
2017	36,5	36,9	73,4
2018	37,1	42,1	79,2
2019	36,4	45,7	82,1

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Em reais	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	24.531.170,26	24.975.069,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.668.194,36	15.898.474,09
Caixa	2.523,27	2.792,10
Numerários em Trânsito	406.662,86	29.434,94
Bancos Conta Movimento	70.532,61	953.843,89
Aplicações no Mercado Aberto	12.188.475,62	14.912.403,16
Direitos Realizáveis	11.862.975,90	9.076.595,81
Consumidores	10.144.141,79	8.280.699,84
Encargos de Uso da Rede	210,66	0,00
Serviços em Curso	30.737,49	23.933,75
Tributos Compensáveis	40.057,00	128.109,61
Depósitos Judiciais e Cauções	0,00	9.513,16
Almoxarifado Operacional	51.564,61	67.031,66
Ativos Financeiros Setoriais	1.216.310,61	212.664,48
Despesas pagas Antecipadamente	4.707,29	4.481,42
Outros Ativos Circulantes	375.246,45	350.161,89
Não Circulante	22.809.475,20	22.246.390,13
Realizável a Longo Prazo	372.711,91	44.735,78
Tributos Compensáveis	46.739,64	44.735,78
Outros Ativos não Circulantes	325.972,27	0,00
Investimento	38.248,23	16.021,53
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica	38.248,23	16.021,53
Bens de Uso	2.173.299,61	22.169.450,69
Imobilizado	2.173.299,61	22.169.450,69
Intangível	20.225.215,45	16.182,13
Intangível	20.225.215,45	16.182,13
Total do Ativo	47.340.645,46	47.221.460,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

I - BALANÇO PATRIMONIAL

	Em reais	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	9.130.328,07	13.084.512,01
Fornecedores	4.061.368,80	12.162.130,32
Obrigações Sociais e Trabalhistas	648.991,35	545.383,09
Tributos	1.300.427,99	95.260,72
Provisão para Litígios	0,00	150.000,00
Encargos Setoriais	1.449.665,76	3.691,02
Passivos Financeiros Setoriais	1.252.784,94	22.805,88
Outros Passivos Circulantes	417.089,23	105.240,98
Não Circulante	135.638,36	29.970,29
Participação Financeira do Consumidor	135.638,36	29.970,29
Patrimônio Líquido	38.074.679,03	34.106.977,73
Capital Social	214.830,00	203.790,00
Reservas de Capital	37.171.382,62	33.287.930,21
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias	32.327.427,81	29.114.584,56
Fundo de Reserva	4.427.237,42	3.968.259,81
FATES	416.717,39	205.085,84
Sobras à Disposição da Assembleia	688.466,41	615.257,52
Total do Passivo	47.340.645,46	47.221.460,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

II - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Em Reais	
	31/12/2019	31/12/2018
01. Receita Operacional Bruta	72.403.130,86	61.107.683,96
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	69.681.827,84	60.638.048,59
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(236.530,30)	189.574,21
(+) Serviços Cobráveis	38.020,37	25.433,73
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	1.087.975,40	109.753,41
(+) Outros Ingressos e Rendas	1.831.837,55	144.874,02
02. Dedução da Receita Bruta	(24.034.339,07)	(14.645.928,88)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(16.729.076,11)	(14.642.237,86)
(-) Encargos do Consumidor	(7.305.262,96)	(3.691,02)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	48.368.791,79	46.461.755,08
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(35.477.896,76)	(36.210.306,16)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(35.477.896,76)	(36.210.306,16)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	12.890.895,03	10.251.448,92
06. Despesas Operacionais	(9.812.658,87)	(8.140.360,70)
(+) Recuperação de Despesas	65.299,32	65.938,44
(-) Pessoal e Administrativo	(4.306.955,78)	(4.173.905,41)
(-) Material	(399.508,31)	(513.947,88)
(-) Serviços de Terceiros	(1.048.064,07)	(892.639,15)
(-) Depreciações	(1.279.683,64)	(1.261.127,22)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(273.108,86)	(5.375,00)
(-) Seguros	(21.536,22)	(22.249,99)
(-) Despesas Tributárias	(17.359,81)	(18.900,27)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(559.750,68)	(231.357,56)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	(71.561,00)	(216.256,92)
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.900.429,82)	(870.539,74)
07. Resultado Operacional (5+6)	3.078.236,16	2.111.088,22
08. Resultado Financeiro	1.204.556,15	1.055.482,55
(+) Receita de Aplicação Financeira	649.975,24	685.923,56
(+) Outras Receitas Financeiras	636.041,91	493.206,97
(-) Outras Despesas Financeiras	(81.461,00)	(123.647,98)
09. Resultado Líquido (7+8)	4.282.792,31	3.166.570,77
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(326.131,01)	0,00
(-) Provisão Contribuição Social	(92.681,74)	0,00
(-) Provisão para Imposto de Renda	(233.449,27)	0,00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
11. Resultados Abrangentes	633.114,77	935.146,03
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0,00	700.159,27
(+) Reversão Doações e Subvenções	0,00	3.629,20
(+) Reversão FATES	633.114,77	231.357,56
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
12. Base para Destinações (9+10+11)	4.589.776,07	4.101.716,80
13. Destinações Estatutárias	(3.901.309,66)	(3.486.459,28)
(-) Reserva Legal 10%	(458.977,61)	(410.171,68)
(-) FATES 5%	(229.488,80)	(205.085,84)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.212.843,25)	(2.871.201,76)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	688.466,41	615.257,52

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

III – DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2017	198.165,00	57.839,39	5.325.450,79	38.742.917,61	173.518,17	44.497.890,96
MUTAÇÕES EM 2018	5.625,00	147.246,45	(1.357.190,98)	(9.628.333,05)	441.739,35	(10.390.913,23)
Integralização de Capital	10.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.845,00
Incorporação das Sobras	0,00	173.518,17	0,00	0,00	(173.518,17)	0,00
Devolução de Capital	(5.220,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.220,00)
Utilização das Reservas Cisão	(49.466,30)	0,00	(1.726.552,33)	(12.560.753,50)	0,00	(14.336.772,13)
Ajuste Cisão	49.466,30	0,00	(40.810,33)	61.218,69	0,00	69874,66
Reversão das Reservas	0,00	(231.357,56)	0,00	0,00	935.146,03	703788,47
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	3.166.570,77	3.166.570,77
Destinações	0,00	205.085,84	410.171,68	2.871.201,76	(3.486.459,28)	0,00
SALDO EM 31/12/2018	203.790,00	205.085,84	3.968.259,81	29.114.584,56	615.257,52	34.106.977,73
MUTAÇÕES EM 2019	11.040,00	211.631,55	458.977,61	3.212.843,25	73.208,89	3.967.701,30
Integralização de Capital	11.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.940,00
Incorporação das Sobras	0,00	615.257,52	0,00	0,00	(615.257,52)	0,00
Devolução de Capital	(900,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(900,00)
Reversão das Reservas	0,00	(633.114,77)	0,00	0,00	-	(633.114,77)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	4.589.776,07	4.589.776,07
Destinações	0,00	229.488,80	458.977,61	3.212.843,25	(3.901.309,66)	0,00
SALDO EM 31/12/2019	214.830,00	416.717,39	4.427.237,42	32.327.427,81	688.466,41	38.074.679,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

IV – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	31/12/2019	31/12/2018
1 - Sobras Líquidas	4.589.776,07	4.101.716,80
Sobras Líquidas	4.589.776,07	4.101.716,80
2 - Ajuste Por	(5.723.661,98)	2.214.109,28
Depreciação e Amortização	935.464,54	934.676,38
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.863.441,95)	111.327,86
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(210,66)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	86.048,75	951.334,86
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(6.803,74)	(17.710,50)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	15.467,05	(5.799,50)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(1.003.646,13)	(212.664,48)
(Aumento) ou Diminuição de Investimentos Temporários	0,00	
(Aumento) ou Diminuição de Depósitos Judiciais e Cauções	9.513,16	(9.513,16)
(Aumento) ou Diminuição de Desp. pagas antecipadamente	(225,87)	2.330,95
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(25.084,56)	42.306,11
(Aumento) ou Diminuição de Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão e Permissão	(22.226,70)	413.343,69
(Aumento) ou Diminuição de Realizável a Longo Prazo	0,00	7.665,58
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	(8.100.761,52)	(175.628,88)
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	103.608,26	(49.476,75)
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	1.205.167,27	(6.358,34)
(Diminuição) ou Aumento de Provisão para Litígios	(150.000,00)	150.000,00
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	1.445.974,74	3.691,02
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	1.229.979,06	22.805,88
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	311.848,25	22.538,97
(Diminuição) ou Aumento de Participação Fin. do Consumidor	105.668,07	29.239,59
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	(1.133.885,91)	6.315.826,08
4 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.	(1.133.885,91)	6.315.826,08
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(1.463.279,05)	(1.407.389,51)
Ativo Imobilizado / Intangível	(1.474.319,05)	12.887.103,31
Ativo Investimentos	0,00	57.519,14
Integralização de Capital	11.040,00	5.625,00
Utilização das Reservas Cisão	0,00	(14.357.636,96)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(633.114,77)	(935.146,03)
(Diminuição) ou Aumento de Utilização das Reservas	(633.114,77)	(935.146,03)
7 – Variação no Caixa (4+5+6)	(3.230.279,73)	3.973.290,54
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.230.279,73)	3.973.290,54
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	15.898.474,09	11.925.183,55
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	12.668.194,36	15.898.474,09

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2019 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

2. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, Submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a

resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e consequente assinatura do contrato de permissão No. 08-2018, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO, por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC ITG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 23 de outubro de 2019.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;

- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEGERO** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores à Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2019, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba

os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos, estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

▪ **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

▪ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

▪ **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

▪ **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

- **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

- **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

- **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	Em Reais	
	2019	2018
Caixa Geral	1.523,27	1792,1
Bancos Contas Movimento	70.532,61	953.843,89
Fundos de Caixa	1.000,00	1.000,00
Numerários em Trânsito	406.662,86	29.434,94
Aplicações no Mercado Aberto	12.188.475,62	14.912.403,16
Banco Do Brasil S.A.	552.508,72	1.211.284,57
Sicoob/SC – Credivale	3.227.673,82	4.514.573,36
C.E.F. Fundos de Investimento	3.245.429,29	5.031.996,17
Bradesco Invest	50.281,00	41.506,41
Unicred Aplicação Financeira	5.112.582,79	4.113.042,65
Total Caixa e Equivalentes	12.668.194,36	15.898.474,09

6. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos seis dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Faturados	6.173	5.998
Total	6.173	5.998

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERISSIONÁRIAS

7.1. Composição das contas a receber COMERCIAL

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2019	2018
Residencial	815.626,26	657.364,57
Industrial	7.753.271,94	6.507.011,66
Comercial	420.755,04	333.658,89
Rural	468.481,84	376.487,38
Poderes Públicos	33.987,43	26.866,59
Iluminação Pública	30.798,33	1310,05
Receita não Faturada	645.210,03	0,00
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(164.191,37)	(149.776,07)
Serviços Cobráveis	6.949,85	7.255,58
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(338,59)	(411,86)
Participação Financeira	51.678,38	3.771,43
Parcelamentos	463.701,57	874.512,64
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(444.661,76)	(411.407,36)
Outros	62.872,84	54.056,34
Total	10.144.141,79	8.280.699,84

7.2. Saldos Vincendos e Vencidos

Os valores que compõe os saldos vencidos e a vencer:

	Em Reais				
	Saldos	Vencidos		2019	Saldo 2018
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90		
Consumidores					
Residencial	666.484,85	134.678,30	4.541,02	805.704,17	648.322,77
Industrial	6.699.286,48	776.901,79	233.865,62	7.710.053,89	6.470.588,47
Comercial	330.994,33	71.028,12	14.539,92	416.562,37	330.008,50
Rural	408.020,93	54.421,00	3.315,90	465.757,83	372.402,69
Poder Público	33.631,58	325,94	0,00	33.957,52	26.859,36
Iluminação Pública	30.524,79	0,00	232,08	30.756,87	1.310,05
Multas e Juros	23.708,60	26.165,24	10.254,35	60.128,19	53.207,30
Total	8.192.651,56	1.063.520,39	266.748,89	9.522.920,84	7.902.699,14

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

8.1 Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Curto Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
ICMS a Recuperar	0,00	78.265,86
ICMS a Recuperar do Ativo Permanente	40.057,00	49.843,75
Total	40.057,00	128.109,61

8.2 Não Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Longo Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
ICMS a Recuperar do Ativo Permanente	46.739,64	44.735,78
Total	46.739,64	44.735,78

9. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Os saldos referentes ao “Almoxarifado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
Almoxarifado Operacional	34.324,17	39.425,06
Estoque de Sucatas	17.240,44	27.606,60
Total	51.561,61	67.031,66

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica bem como os destinados à construção.

10. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes às “Repasse de PIS e COFINS CUSD e TE”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	Em reais	
	2019	2018
Repasse de PIS COFINS CUSD	67.785,54	24.685,32
Repasse de PIS COFINS TE	241.822,27	187.979,16
REPASSE DE PIS COFINS CUSD PROCESSO	106.092,32D	0,00
REPASSE DE PIS COFINS TE PROCESSO	800.610,48D	0,00
Total	1.216.310,61	212.664,48

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
Arrendamentos, Aluguéis e Empréstimos de	2.766,14	2.375,00
Prêmios de Seguros	1.941,15	2.106,42
Total	4.707,29	4.481,42

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	2019	2018
Adiantamento de férias	67.453,99	70.293,10
Adiantamento Plano Saúde Unimed	2.526,52	1.750,58
Outros Adiantamentos	0,00	305,31
Alienação de Bens e Direitos	8.000,00	60.000,00
Reembolsos do Fundo da CDE	122.434,21	109.531,07
(-) Provisão para Créditos de Líq. Duvidosa	(150.710,91)	(150.710,91)
OI S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	27.490,10	19.387,50
Cheques Devolvidos	150.710,91	198.021,08
SESCOOP/SC	3.700,00	350,00
Proinfra	121.965,56	0,00
Desativações Em Curso	21.676,07	28.795,66
Alienação em Curso	0,00	12.438,50
Total	375.246,45	350.161,89

13. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS – NÃO CIRCULANTE

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	2019	2018
Ativo Financeiro da Permissão	325.972,27	0,00
Quotas Uniced	17.667,22	8.076,33
Quotas Sicoob	20.581,01	7.945,20
Total	364.220,50	16.021,53

A Cegero mantém conta corrente na Cooperativa de crédito Sicoob e Uniced o que além das cotas partes integralizadas também capitaliza sobras distribuídas.

14. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Em reais
					Saldo Final
LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES	28.325.881,89	29.246.527,98	55.201.344,86	(1.407.009,85)	964.055,16
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
Terrenos	315.000,00	0,00	0,00	0,00	315.000,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	218.877,00	0,00	0,00	0,00	218.877,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	26.313.393,46	1.850.485,35	27.238.902,71	(378.889,80)	546.086,30
MÁQUINAS E EQUI. - COMERCIALIZAÇÃO	36.339,53	5.721,24	42060,77	0,00	0,00
VEÍCULOS	1.273.815,58	177.625,34	175.798,33	(963.842,02)	311.800,57
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	168.456,32	5.477,00	3487,00	(64.278,03)	106.168,29
Transferência para Intangível e Ativo Financeiro		27.207.219,05	27.741.096,05	0,00	(533.877,00)
LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES	1.214.557,88	4.455.569,45	5.670.127,33	0,00	0,00
IMOBILIZADO EM CURSO					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	487.664,99	1.789.717,24	1.914.823,40	0,00	362.558,83
VEÍCULOS	0,00	76.680,35	76.680,35	0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	5.477,00	5.477,00	0,00	0,00
MATERIAL EM DEPÓSITO	726.892,89	1.407.957,74	1.218.313,23	0,00	916.537,40
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	1.175.325,12	1.175.325,12	0,00	0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	412,00	412,00	0,00	0,00
Transferência para o Ativo Intangível em Curso	0,00	0,00	1.279.096,23	0,00	(1.279.096,23)
DISTRIBUIÇÃO	29.540.439,77	33.702.097,43	60.871.472,19	(1.407.009,85)	964.055,16

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Em Reais
					Saldo Final
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.333.515,36	4.925,00	58.485,43	(1.070.710,48)	1.209.244,45
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
TERRENOS				0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS				0,00	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.369.790,47	0,00	58.485,43	(642.908,69)	668.396,35
VEÍCULOS	237.130,10	0,00	0,00	(171.923,90)	65.206,20
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	726.594,79	4.925,00	0,00	(255.877,89)	475.641,90
ADMINISTRAÇÃO	2.333.515,36	4.925,00	58.485,43	(1.070.710,48)	1.209.244,45
IMOBILIZADO	31.873.955,13	33.707.022,43	60.929.957,62	(2.477.720,33)	2.173.299,61

15. INTANGÍVEL

Os saldos referentes ao "Intangível", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Em reais
					Saldo Final
DISTRIBUIÇÃO	0,00	28.160.343,01	0,00	(7.967.050,10)	20.193.292,91
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	0,00	26.881.246,78	0,00	(7.967.050,10)	18.914.196,68
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	0,00	218.877,00	0,00	(78.265,96)	140.611,04
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	26.658.882,78	0,00	(7.888.777,48)	18.770.105,30
MOVEIS E UTENSILIOS	0,00	3.487,00	0,00	(6,66)	3.480,34
INTANGÍVEL EM CURSO	0,00	1.279.096,23	0,00	0,00	1.279.096,23
MATERIAL EM DEPOSITO	0,00	916.537,40	0,00	0,00	916.537,40
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	362.558,83	0,00	0,00	362.558,83
ADMINISTRAÇÃO	25.798,42	47.000,00	24.980,59	(15.895,29)	31.922,54
SOFTWARES	22.706,92	23.500,00	1.480,59	(14.927,69)	29.798,64
OUTROS	3.091,50	0,00	0,00	(967,60)	2.123,90
SOFTWARES	0,00	23.500,00	23.500,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	25.798,42	28.207.343,01	24.980,59	(7.982.945,39)	20.225.215,45

16. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos “Fornecedores” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	Em Reais	
	2019	2018
CELESC Distribuição S/A	3.502.741,18	12.090.543,65
Materiais e Serviços	179.627,62	71.586,67
Outros	379.000,00	0,00
Total	4.061.368,80	12.162.130,32

17. FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS

Os saldos referentes a “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	2019	2018
Empregados	86.940,51	73.342,55
Diretores e Conselheiros	20.394,73	15.107,55
Provisão de Férias	330.195,91	281.709,30
INSS S/Provisão de Férias	100.935,94	85.442,45
FGTS S/Provisão de Férias	26.415,38	22.488,20
PIS S/Provisão de Férias	3.301,93	2.817,10
INSS	19.943,24	18.459,35
IRRF	58.846,58	43.499,95
Mensalidade Sintresc	2.017,13	1.642,09
Empréstimo Consignado	0,00	874,55
Total	648.991,35	545.383,09

18. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	2019	2018
IRPJ a Recolher	3.587,03	0,00
ICMS	1.120.709,83	0,00
Contribuição Fundo Social	71.534,66	0,00
ISS Retido na Fonte	962,22	412,74
INSS	67.768,46	62.667,15
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	3.348,45	2.496,62
FGTS	25.088,12	22.864,14
PIS S/ Folha de Salários	3.148,43	3.680,80
Contribuições Sociais Retidas na Fonte -	3.247,51	2.375,95
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.033,28	763,32
Total	1.300.427,99	95.260,72

19. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Encargos Setoriais”, nos exercícios a apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	Em Reais	
	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	651.791,12	0,00
Taxa de Fisc. dos Ser. de Energia Elétrica -	4.230,84	3.691,02
Conta Bandeiras	776.091,71	0,00
Conta Bandeiras não Faturado	17.552,09	0,00
Total	1.449.665,76	3.691,02

20. PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Passivos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	Em Reais	
	2019	2018
Neutralidade Passiva TFSEE	613,90	202,23
Neutralidade Passiva CDE	143.834,50	18.414,31
Neutralidade Passiva Proinfa	28.785,57	4.189,34
Neutralidade Passiva TFSEE Processo	1.424,08	0,00
Neutralidade Passiva CDE Processo Anterior	201.891,68	0,00
Neutralidade Passiva Proinfa Processo	48.484,72	0,00
Retenção Bandeiras Tarifárias	827.750,49	0,00
Total	1.252.784,94	22.805,88

21. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Passivos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	2019	2018
Contas Pagas em Duplicidade	4.909,47	4.033,27
Recebimentos a Identificar	8.104,24	7.118,48
Adiantamentos de Consumidores	15.090,47	45.393,84
Capital Social a Restituir	17.576,50	16.856,50
Micro e Mini Geração	268.902,46	0,00
Bônus Itaipu	3,23	0,00
Convênio APAE	1.194,00	916,00
Convênio R.F.C.C.	3.326,50	3.613,50
Convênio FIA	0,00	40,00
Convênio HOSPITAL STA. Teresinha de BN	17.200,00	16.075,00
Convênio Hospital de Rio Fortuna	0,00	60,00
Convênio Hospital N.S ^a da Conceição de	0,00	18,00
Convênio Jornal Folha do Vale	1.140,00	1.750,00
Convênio Jornal Cidade Notícias	6.156,00	7.158,00
Convênio Seminário N.S ^a de Fátima	0,00	18,00
Convênio A.E.R.P.B.	0,00	70,00
Convênio Jornal Destaque	2.023,50	1.911,00
Prefeitura Municipal de São Ludgero	10.000,00	0,00
Convênio Arrecadação COSIP São Ludgero	49.899,37	0,00
Convênio Arrecadação COSIP Braço do Norte	2.966,02	0,00
Convênio Arrecadação COSIP Tubarão	342,19	0,00
Convênio Hospital Santa Otilia	403,00	0,00
Convênio Arrec. COSIP Orleans	7.506,48	189,44
Convênio Arrec. COSIP Pedras Grandes	345,80	19,95
Total	417.089,23	105.240,98

22. PASSIVOS CONTINGENTES

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos sem 31/12/2019, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a

Tipo da ação	Situação Resumida	Em Reais	
		Prognóstico	
		Provável	Possível
		Valor em Reais	Valor em Reais
Ação de Indenização	Ação de Indenização nº 5000935-18.2019.8.24.0010	5.000,00	0,00
Ação de Indenização	Ação de Indenização nº 0301144-04.2016.8.24.0010	0,00	4.325,00
Total		5.000,00	4.325,00

Considerando o valor da Ação classificada com prognóstico, de Perda Provável, a Cooperativa não efetuou a provisão do valor de R\$ 5.000,00.

23. CAPITAL SOCIAL

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
Capital subscrito	217.530,00	206.775,00
(-) Capital a integralizar	(2.700,00)	(2.985,00)
Total	214.830,00	203.790,00

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 4.834 (Quatro mil, oitocentos e trinta e quatro) associados em 31 de dezembro de 2019.

24. RESERVAS DE CAPITAL

As Reservas de Capital estão formadas pelas Reservas Legal, Fates e Reserva para Expansão e Melhoria, conforme descrição abaixo:

a) Reserva Legal

A Reserva Legal é indivisível entre os associados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO, e destina-se para a cobertura de perdas com associados ou terceiros.

b) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

Este Fundo também é indivisível entre os associados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros, mais 5% das sobras líquidas de cada exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

c) Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria

Está previsto no art. 48 do estatuto social, constituído com no mínimo 70% das sobras líquidas. Criado para aplicação nos setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

No exercício de 2019, após as destinações estatutárias conforme determinação legal acima, demonstramos os seguintes saldos:

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
Fundo de Reserva	4.427.237,42	3.968.259,81
FATES	416.717,39	205.085,84
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	32.327.427,81	29.114.584,56
Total	37.171.382,62	33.287.930,21

25. SOBRAS ACUMULADAS

As sobras líquidas que estão à disposição da AGO para o exercício de 2019 está no valor de R\$ 688.466,41, e para 2018 foi de R\$ 615.257,52. Demonstramos a composição das sobras e as destinações legais e estatutárias.

DESCRIÇÃO	2019	2018
09. Resultado Líquido (7+8)	4.282.792,31	3.166.570,77
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(326.131,01)	0,00
(-) Provisão Contribuição Social	(92.681,74)	0,00
(-) Provisão para Imposto de Renda	(233.449,27)	0,00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
11. Resultados Abrangentes	633.114,77	935.146,03
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0,00	700.159,27
(+) Reversão Doações e Subvenções	0,00	3.629,20
(+) Reversão FATES	633.114,77	231.357,56
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
12. Base para Destinações (9+10+11)	4.589.776,07	4.101.716,80
13. Destinações Estatutárias	(3.901.309,66)	(3.486.459,28)
(-) Reserva Legal 10%	(458.977,61)	(410.171,68)
(-) Fates 5%	(229.488,80)	(205.085,84)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.212.843,25)	(2.871.201,76)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	688.466,41	615.257,52

	Em Reais	
Descrição	2019	2018
Sobras à Disposição da AGO	688.466,41	615.257,52
Total	688.466,41	615.257,52

Resultado das operações com associados a ser submetido a assembleia geral para aplicação ou destinação.

26. RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes as “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	6.888.262,15	6.115.371,01
Industrial	54.618.650,72	48.103.189,44
Comercial, Serviços e Outras Atividades	3.106.758,64	2.655.887,82
Rural	3.586.152,30	3.299.346,77
Poder Público	312.935,89	292.243,84
Iluminação Pública	360.570,31	1.310,05
Serviço Público	161.392,10	170.699,66
Fornecimento - Não Faturado	645.210,03	0,00
Encargos de Conexão de Agentes de	1.895,70	0,00
Demais Ativos e Passivos Financeiros	(236.530,30)	189.574,21
Doações, Contribuições e Subvenções	1.087.975,40	109.753,41
Total Fornecimento Energia	70.533.272,94	60.937.376,21
Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	331.615,43	125.042,07
Serviço Taxado	38.020,37	25.433,73
Serviço de Manutenção de Iluminação	45.000,00	0,00
Serviço de Guindaste	121,00	10.101,00
Arrecadação de Convênios	38.303,73	11,02
Ganhos na Alienação de Materiais	137.701,16	4.000,00
Receita de Construção	1.279.096,23	0,00
Outras Receitas	0,00	5.719,93
Total das Receitas Operacionais	1.869.857,92	170.105,73

27. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Conta	Imposto	Em Reais	
		2019	2018
Tributos Sobre a Receita		(24.034.339,07)	(14.645.928,88)
	ICMS e ISS	(16.729.076,11)	(14.642.237,86)
	Encargos Consumidor	(7.305.262,96)	(3.691,02)
Total Deduções da Receita		(24.034.339,07)	(14.645.928,88)

28. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2019	2018
CUSTOS	(35.477.896,76)	(36.210.306,16)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(35.477.896,76)	(36.210.306,16)
DESPESAS	(9.812.658,87)	(8.140.360,70)
(+) Recuperação de Despesas	65.299,32	65.938,44
(-) Pessoal e Administrativo	(4.306.955,78)	(4.173.905,41)
(-) Material	(399.508,31)	(513.947,88)
(-) Serviços de Terceiros	(1.048.064,07)	(892.639,15)
(-) Depreciações	(1.279.683,64)	(1.261.127,22)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(273.108,86)	(5.375,00)
(-) Seguros	(21.536,22)	(22.249,99)
(-) Despesas Tributárias	(17.359,81)	(18.900,27)
(-) Provisão Para créditos de Líq. Duvidosa	(71.561,00)	(216.256,92)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(559.750,68)	(231.357,56)
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.900.429,82)	(870.539,74)

29. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Grupo	Contas	Em Reais	
		2019	2018
Receitas Financeiras		1.286.017,15	1.179.130,53
	Rendas Aplicação Financeira	649.975,24	685.923,56
	Acrésc. Moratório Energia	281.906,87	309.082,82
	Desconto transferência ICMS	299.300,41	65.614,13
	Ativo Financeiro Setorial	23.032,36	318,55
	Distr. Sobras Coop. Crédito	21.547,44	9.345,21
	Juros sobre capital próprio	679,26	676,32
	Juros sobre depósito judicial	637,25	0,00
	Outras Receitas Financeiras	8.938,32	108.169,94
Despesas Financeiras		(81.461,00)	(123.647,98)
	IOF s/ aplicação financeira	(19.478,03)	(17.577,60)
	Passivo Financeiro Setorial	(12.834,99)	(34,16)
	Comissão transferência ICMS	(31.019,33)	(0,00)
	Outras Desp. Financeiras	(18.128,65)	(106.036,22)
Resultado Financeiro		1.204.556,15	1.055.482,55

30. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	1.029.797,07
IRPJ 15%	154.469,56
IRPJ ADICIONAL 10%	78.979,71
IRPJ TOTAL PROVISIONADO	233.449,27
CSLL TOTAL PROVISIONADO	92.681,73
TOTAL DE IRPJ E CSL	326.131,00

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações Gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de Risco de Crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes. Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda Estrangeira

A CEGERO não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2019.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de a cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 2,687 e 2,688 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

Atenciosamente.



Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49



Valentim Baschirotto
Secretário
CPF: 343.516.129-91



Adilson Soethe
Contador CRCSC-031320/O-2
CPF: 053.893.989-39

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

São Ludgero, 12 de março de 2020.



Matias Weber
Conselheiro – Coordenador



William Philippi
Conselheiro



Jairo De Bona Da Silva
Conselheiro – Secretário

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/0-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012